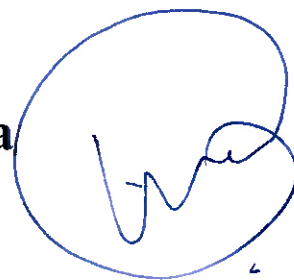




Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES



Economia

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE DOIS, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 156, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e dois. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão, Vereador Sergio R. B. Balaguer, com participação dos demais membros, os Vereadores Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete, Tito Zeglin e Rodrigo Marcial, substituindo a Vereadora Indiara Barbosa, conforme o Requerimento 019.00010.2022. Também estiveram presentes, integrando a Câmara Municipal de Curitiba: A senhora Aline Bogo, Diretora Contábil e Financeira; O senhor Diego Martins, responsável pelo Departamento de Administração e Finanças; O senhor Hussein Mesmar, chefe do Setor de Contabilidade e Orçamento; A senhora Jussana Marques, Diretora Geral. Integando a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, estiveram presentes: O senhor Cristiano Hotz, Secretário Municipal, e seu Assessor Jaderson Goulart; A senhora Daniele Regina, Superintendente Executiva; O senhor Mario Nakatani, Superintendente Fiscal; O senhor Carlos Kukulj, do Departamento de Orçamento; O senhor Anderson Padovani; O senhor Márcio Heimoski, Gerente do Departamento de Orçamento; O senhor Claudinei Nogueira, responsável pelo Departamento de Contabilidade. Finalmente, esteve presente a senhora Mariele Silva, Consultora do SEBRAE. Seguem as Notas Taquigráficas: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Agradecemos a disposição (K) do Secretário, do Prefeito Rafael Greca já encaminhar a LOA antecipadamente, nessa importante Sessão que teremos a audiência pública. Também agradeço a presença da Daniele Regina, superintendente executiva da Secretaria de Finanças da Prefeitura, e do Jaderson Goulart, assessor da Secretaria. Logo mais o Secretário vai fazer a sua explanação, também poderá falar sobre o planejamento do ano que vem, da LOA 2023. Conforme Requerimento nº 054015/2022, aprovado na Sessão do dia 23 de agosto de 2022, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinados à realização da audiência pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Legislativo e do Executivo, referentes ao segundo quadrimestre de 2022. Convido a Comissão de



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE DOIS, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 156, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e dois. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão, Vereador Sergio R. B. Balaguer, com participação dos demais membros, os Vereadores Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete, Tito Zeglin e Rodrigo Marcial, substituindo a Vereadora Indiara Barbosa, conforme o Requerimento 019.00010.2022. Também estiveram presentes, integrando a Câmara Municipal de Curitiba: A senhora Aline Bogo, Diretora Contábil e Financeira; O senhor Diego Martins, responsável pelo Departamento de Administração e Finanças; O senhor Hussein Mesmar, chefe do Setor de Contabilidade e Orçamento; A senhora Jussana Marques, Diretora Geral. Integando a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, estiveram presentes: O senhor Cristiano Hotz, Secretário Municipal, e seu Assessor Jaderson Goulart; A senhora Daniele Regina, Superintendente Executiva; O senhor Mario Nakatani, Superintendente Fiscal; O senhor Carlos Kukolj, do Departamento de Orçamento; O senhor Anderson Padovani; O senhor Márcio Heimoski, Gerente do Departamento de Orçamento; O senhor Claudinei Nogueira, responsável pelo Departamento de Contabilidade. Finalmente, esteve presente a senhora Mariele Silva, Consultora do SEBRAE. Seguem as Notas Taquigráficas: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Agradecemos a disposição (K) do Secretário, do Prefeito Rafael Greca já encaminhar a LOA antecipadamente, nessa importante Sessão que teremos a audiência pública. Também agradeço a presença da Daniele Regina, superintendente executiva da Secretaria de Finanças da Prefeitura, e do Jaderson Goulart, assessor da Secretaria. Logo mais o Secretário vai fazer a sua explanação, também poderá falar sobre o planejamento do ano que vem, da LOA 2023. Conforme Requerimento nº 054015/2022, aprovado na Sessão do dia 23 de agosto de 2022, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinados à realização da audiência pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Legislativo e do Executivo, referentes ao segundo quadrimestre de 2022. Convido a Comissão de

Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos, iniciando a audiência pública sob a presidência do Vereador Serginho do Posto. Convido o Vereador Serginho do Posto para que assuma os trabalhos. (Dá-se início à Audiência Pública)

O SR. PRESIDENTE:- Eu convido os membros da Comissão de Finanças a participarem da formação da Mesa: Vereador Osias Moraes; a nossa diretora administrativo-financeira, Sra. Aline Bogo. Bom dia a todos. Sejam todos muito bem-vindos à audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização desta Casa. Os convidados já foram citados, mas eu quero, na pessoa do Secretário Cristiano Hotz, estender os cumprimentos a toda sua equipe. Na sequência eles farão a apresentação do Executivo. Também cumprimentar a nossa diretora geral, Jussana Marques, presente conosco e demais membros do Executivo. Quero cumprimentar todos Vereadores e os Vereadores da Comissão de Economia e Finanças. Nossa audiência terá a duração de duas horas. Estamos iniciando às 9h20 da manhã, devendo ter o término às 11h20. Eu cumprimento a todos e declaro aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre 2022. De acordo com o que determina o § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 62-A da Lei Orgânica do Município. Agradecemos a participação de todos e nós teremos aquela dinâmica com a apresentação, no primeiro momento, e explanação da Sra. Aline Bogo, que é responsável pela diretoria contábil e financeira, falando sobre gestão fiscal do Poder Legislativo. Na sequência faremos a concessão da palavra aos participantes. Quero cumprimentar a Comissão de Economia e Finanças desta Casa, composta por esse Vereador, também Vereador Hernani, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Jornalista Márcio Barros, Vereador Osias Moraes, Vereadora Professora Josete, Vereador Rodrigo Marcial e Vereador Tito Zeglin. Na sequência e de imediato nós abriremos a palavra à Sra. Aline Bogo.

A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia, Vereador Serginho do Posto, Presidente da Comissão de Economia. Estendo meu cumprimento também aos demais membros dessa Comissão, todos os Vereadores presentes, servidores da Câmara Municipal de Curitiba. Gostaria de também dar as boas-vindas a toda equipe do Secretário de Finanças da Prefeitura, Cristiano Hotz, ao contador Claudinei, meu colega; ao Carlos, ao Marcio, ao Anderson. Sejam bem-vindos a esta Casa. Esta apresentação tem o objetivo de demonstrar e avaliar as metas do segundo quadrimestre, consolidando ao primeiro, referente aos dados da Câmara Municipal de Curitiba, do exercício de 2022. (Inicia a apresentação de slides). O orçamento da Câmara Municipal de Curitiba foi fixado em cento e cinquenta e três milhões setecentos e vinte e oito mil, através da lei aprovada no ano anterior. Porém, ele poderia ser, de acordo com a Constituição Federal, de até duzentos e sessenta e dois milhões trezentos e sessenta e dois mil quatrocentos e vinte e cinco. Esse cálculo é feito com base no valor arrecadado pelo Município de Curitiba, no exercício de 2021, de todas as receitas de impostos e também algumas transferências constitucionais. Desse valor, então, teríamos direito a 4,5% para compor o nosso orçamento deste ano, que seria o valor de até duzentos e sessenta e dois milhões. Porém, o valor foi fixado no orçamento, aprovado por esta Câmara, em cento e cinquenta e três milhões setecentos e vinte e oito mil. Até o mês de agosto nós tivemos um repasse de transferência da Prefeitura para a Câmara Municipal de cento e dois milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil trezentos e vinte, e até o mês de agosto empenhamos 62,18% do orçamento, num total de noventa e cinco milhões quinhentos e oitenta e três mil quatrocentos e quinze. Esse é o valor empenhado nos dois primeiros quadrimestres. E temos também um total liquidado, até agosto de 2022, de oitenta e seis milhões quinhentos e trinta e oito mil setecentos e um. É o valor liquidado que corresponde aos serviços que já foram entregues. Em relação as receitas, nós tivemos um rendimento com o valor que fica aplicado em contas bancárias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, um valor que rendeu, nesses oito meses, um milhão e oitenta e dois mil. Esse valor é repassado ao Município todo mês, para que volte como uma receita do Município

para a Prefeitura. Então, conforme vamos tendo os rendimentos mês a mês, vamos repassando ao Município. Também tivemos um total de cancelamentos de restos a pagar, nos dois quadrimestres, de um milhão sessenta e quatro mil duzentos e quatorze. E também tivemos um repasse para a Prefeitura, que foi um residual de inscrições do concurso, inscrições inválidas. Esse valor ficou aqui até que as pessoas buscassem essa devolução, mas como não aconteceu, então esse ano, ao final do contrato com a Universidade Federal, nós repassamos como receita esse residual de inscrições para a Prefeitura Municipal de Curitiba, de mil e cinquenta. O restante já havia sido passado no ano em que foi feito o concurso. Então, o total repassado para a Prefeitura durante esses dois quadrimestres foi de dois milhões cento e quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta. Em relação a nossa despesa, nós temos três grandes grupos de despesas. A primeira é despesa de pessoal, que tivemos um valor orçado para esse ano de cento e treze milhões oitocentos e quarenta. Esse valor atualizado, depois das suplementações realizadas. Então, esse é o valor orçado atualizado. E tivemos, de empenhos, com despesa de pessoal, sessenta e nove milhões novecentos e quarenta mil. Do total empenhado então, de noventa e cinco milhões quinhentos e oitenta e três mil, sessenta e nove milhões novecentos e quarenta são com despesas de pessoal, representa um valor de 73,17% do valor empenhado até ao quadrimestre. Com vencimentos e vantagens fixas temos então cinquenta e seis milhões oito mil quinhentos e quatro; com obrigações patronais, doze milhões quinhentos e quinze mil; indenizações, um milhão quatrocentos e dezessete mil. Isso representa a nossa despesa de pessoal até o segundo quadrimestre. Aqui nós temos outro slide que traz a despesa um pouco mais subdividida. Nós temos então vencimentos e vantagens: efetivos, vinte e quatro milhões quinhentos e quatorze mil; subsídios, cinco milhões quinhentos e vinte e cinco mil; vencimentos comissionados, vinte e cinco milhões novecentos e sessenta e oito mil; obrigações patronais, aqui englobando todos os servidores e Vereadores, doze milhões quinhentos e quinze; indenizações, um milhão quatrocentos e dezessete; e outras despesas com pessoal, não tivemos nenhum valor. Então, totalizando os sessenta e nove milhões novecentos e quarenta mil. No próximo slide eu trouxe um gráfico para que fique mais fácil visualizar como estão divididas as proporções da nossa despesa entre efetivos e comissionados. Elas estão praticamente iguais. Aqui nós temos 46,16% com efetivos e 44,38% com comissionados. E também, em amarelo, temos o valor dos subsídios, que é de 9,46%. Em verde os comissionados, em azul os efetivos e em amarelo é o valor gasto com os Vereadores, com os subsídios. Nesse slide nós trazemos o próximo grupo de despesa, despesa corrente também. Então, toda despesa corrente que não é despesa de pessoal entra nesse grupo, que são outras despesas correntes. Do total empenhado de noventa e cinco milhões quinhentos e oitenta e três nós tivemos empenhado, com esse grupo, vinte e quatro milhões setecentos e quatro mil trezentos e setenta e um, representando então 25,85% da despesa empenhada até o segundo quadrimestre. Nesse grupo o valor orçado era de trinta e quatro milhões trezentos e oitenta e oito mil, isso atualizado até o quadrimestre. A despesa desse grupo está dividida da seguinte maneira: temos com benefícios assistenciais, onde entram auxílio-creche, auxílio saúde, auxílio funeral, um milhão quinhentos e sessenta e sete mil trezentos e noventa e quatro, gasto até o mês de agosto. Material de consumo, setecentos e quarenta e três mil quatrocentos e trinta e seis, onde entra material de expediente, material de informática e outros. Com locação de mão de obra, são serviços terceirizados, empenhado até o quadrimestre, três milhões setecentos e oitenta e três mil setecentos e nove. Serviços de terceiros na área de tecnologia da informação e comunicação, cinco milhões cento e quarenta e um mil quatrocentos e oitenta. Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica que não sejam então de tecnologia da informação e comunicação, seis milhões quatrocentos e vinte e três mil e oitenta e um. Despesa com aporte que é feito ao Instituto de Previdência do Município de Curitiba, seis milhões novecentos e sessenta e nove mil e cento e quarenta e oito. E outras despesas correntes no valor de setenta e seis mil cento e vinte. Nosso terceiro grupo então seriam os investimentos, as despesas

de capital, num valor orçado para exercício de cinco milhões e quinhentos. Foi empenhado, até ao quadrimestre, novecentos e trinta e oito mil duzentos e vinte e sete. (V) Isso representa 0,98% do valor empenhado até o quadrimestre. Com o equipamento e material permanente, o gasto foi de setecentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e oito reais. Aqui entram, então, os bens que são incorporados, o patrimônio tipo imobiliário, equipamentos. Com obras e instalações temos um total de cento e oitenta mil novecentos e trinta e oito reais. Em relação às despesas com viagens, não tivemos despesas no primeiro quadrimestre, essas despesas são do segundo quadrimestre. Tivemos um total de diárias de quatro mil oitocentos e oitenta reais, sendo cento e quarenta mil com Vereadores, e quatro mil setecentos e quarenta com servidores. O total de passagens de vinte e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos, sendo dez mil e sete reais com passagens para Vereadores e assessores, e onze mil seiscentos e dezessete reais e vinte e sete centavos com passagens para servidores efetivos. O valor de gasto com hospedagem de seis mil cento e quarenta e seis reais, esse valor todo gasto com servidores efetivos. No total, então, de despesas de viagem no segundo quadrimestre, de trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e um reais. Em relação aos restos à pagar, que são empenhos que ficaram à pagar ao final do exercício de 2021, foram inscritos, ao iniciar o exercício de 2022, um total de cinco milhões novecentos e sessenta e dois mil seiscentos e sessenta e dois reais de empenhos de restos à pagar. Desse total foram pagos três milhões duzentos e vinte e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais, e cancelados um milhão e sessenta e quatro mil duzentos e quatorze reais. Muitas vezes são valores estimados e muitas vezes não são liquidados, então existe esse cancelamento, e o valor cancelado é devolvido ao Executivo Municipal. Temos ainda, então, à pagar de restos, no valor de um milhão seiscentos e setenta e dois mil setecentos e cinquenta e oito reais. Em cumprimento ao que fala a Lei Orgânica, como não é possível trazer todos os fornecedores e todos os empenhos, trouxe os principais contratos que a Câmara possui, os valores liquidados até o segundo quadrimestre. Então, primeiramente o grupo de serviços de tecnologia da informação e comunicação. Temos um contrato com a Serpro, de computação em nuvem, onde foram liquidados, até o quadrimestre, duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e setenta e oito reais. Um contrato 3CORP de comunicação, é a locação dos equipamentos de telefonia, duzentos e um mil seiscentos e setenta e cinco reais. Dois links de internet com a empresa Oi e com a empresa Algar, num total de duzentos e vinte e dois mil duzentos e trinta e nove reais. Contrato de software da gestão administrativa com a empresa Elotec, duzentos e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa reais. É o software utilizado no Legislativo, inclusive o que é utilizado aqui em Plenário. Com a empresa IT Sistemas, duzentos e três mil setecentos e cinquenta e quatro reais. Locação de computadores com a empresa Click TI, oitocentos e oitenta e sete mil setecentos e sessenta e dois reais. Locação de impressoras com a empresa Simpress, cento e quarenta mil quinhentos e sessenta e quatro reais. Um contrato de rede sem fio com a SmartWave de oitenta e um mil quinhentos e quatro reais. Serviços de e-mail, também com a Serpro, de noventa e nove mil novecentos e sessenta e cinco. O software de videoconferência que utilizamos, o Zoom, de oitenta e oito mil e quinhentos reais. Com outros serviços e terceiros: temos, então, administração dos cartões de combustível que totalizam cento e sessenta e três mil seiscentos e três reais. O serviço de clipping jornalístico, um total de sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e quatro reais gastos até o segundo quadrimestre. Energia elétrica, duzentos e setenta e seis mil duzentos e cinquenta e oito reais e seis centavos. Contrato com o CIEE Integração Estágio Empresa-Escola, gastos até o quadrimestre, oitocentos e oitenta e sete mil setecentos e oitenta reais. Locação de veículos, com a WS Locadora de Veículos, quatrocentos e noventa e quatro mil duzentos e quarenta reais. Contrato de manutenção predial com a Impac, setecentos e noventa mil setecentos e cinquenta e oito reais, valor gasto até o valor liquidado, até o segundo quadrimestre. Manutenção do sistema de ar-condicionado, cento e quarenta e três mil seiscentos e noventa e dois reais. Contrato com operadores de

áudio e vídeo, cem mil seiscientos e dezenove reais. Tradução de libras, com a Feneis, cento e dezesseis mil setecentos e oitenta e quatro reais. Contrato de teleatendimento com a Acces, cento e vinte e três mil trezentos e sessenta e dois reais. Serviços de medicina do trabalho, a empresa PMT, trezentos e sessenta e seis mil reais. Serviços gráficos, cinquenta e dois mil quinhentos e trinta e nove reais. Em relação aos serviços terceirizados de locação de mão de obra, temos, então, um contrato, tínhamos um contrato com a empresa Embrasil de Vigilância. Teve uma licitação recentemente, a empresa mudou, mas até agosto foram gastos com vigilância, um milhão quatrocentos e noventa e seis mil novecentos e quinze reais. Outro contrato com a empresa Obra-Prima, dos outros serviços, temos apoio administrativo, oitenta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais - aqui entram então recepcionistas. Temos também copa e cozinha, no valor de cento e sessenta mil trezentos e dezoito reais, e com limpeza, oitocentos e um mil novecentos e treze. Em relação às nossas metas, aos nossos limites, temos um limitador para despesa de folha de pagamento que é 70% da nossa receita, de acordo com o Tribunal de Contas. Ele considera essa receita como sendo a receita máxima que a Câmara poderia ter este ano. Então, esses 70% são calculados, são baseados no valor de duzentos e sessenta e dois milhões trezentos e sessenta e dois mil reais, que é até onde o nosso orçamento poderia chegar. Então, tivemos uma despesa, até o segundo quadrimestre, de cinquenta e sete milhões quatrocentos e vinte e cinco mil setecentos e seis reais, que é despesa de pessoal, excluindo, então, as obrigações patronais, porque esse gasto é só com folha de pagamento, atingindo, então, um percentual de 21,89% nesses dois quadrimestres. Então, até o terceiro quadrimestre poderíamos chegar em 70%, o que não vai acontecer. Acredito que não chegue, que não vai chegar nem a 40%. No terceiro quadrimestre temos uma despesa um pouquinho maior, porque tem o décimo terceiro, mas acredito que não passe de 40%. Até o primeiro quadrimestre estávamos com 11,32%, e agora estamos, então, com 21,89%. Ainda sobre o limitador de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos um limitador no Município de 60% da receita corrente líquida. Essa receita é calculada no Município pela Prefeitura. Então, temos um limitador de 60%, sendo que 6% podem ser usados no Legislativo, nosso limite é de 6% da receita corrente líquida do Município. Para este relatório os dados são considerados móveis, então são considerados os últimos doze meses. Fizemos um cálculo nos baseando de setembro, do mês de setembro de 2021 até o mês de agosto de 2022. E para este relatório também é considerada a despesa liquidada e não a despesa empenhada. A despesa bruta com pessoal nesses últimos doze meses ficou em cento e oitenta milhões novecentos e sessenta e quatro mil reais, sendo que nesse valor estão incluídos os inativos, aposentados e pensionistas da Câmara. Então, temos com o pessoal ativo, cento e quatro milhões duzentos e noventa e um mil reais, com inativos, setenta e seis milhões seiscientos e setenta e dois mil reais. Lá no final do relatório temos as despesas não computadas, onde, então, extraímos o valor dos inativos, apesar dele somar lá na primeira parte do relatório setenta e seis milhões seiscientos e setenta e dois mil reais. Depois deduzimos, porque eles são pagos com recursos vinculados ao Instituto de Previdência. Temos também como despesas não computadas as indenizações que pagamos, principalmente de licenças-prêmio a servidores que se aposentam. Então, temos uma despesa líquida com pessoal, que é o valor considerado para calcular esse índice, de cento e um milhões novecentos mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos. Em relação à receita corrente líquida calculada pela Prefeitura, temos uma receita líquida ajustada, depois que são deduzidos os valores com as emendas individuais de bancada e com a receita do FUC, uma receita corrente líquida ajustada de nove bilhões duzentos e três milhões duzentos e sessenta e nove mil reais. Então, dessa receita corrente líquida poderíamos chegar até 5,4%, que seria um limite de alerta. Mas estamos com o índice de 1,11%. O percentual que atingimos no primeiro quadrimestre foi de 1,14%. Nesse segundo quadrimestre baixou um pouquinho, estamos com 1,11%. Para finalizar, então, trouxe um histórico das despesas dos últimos cinco anos, como vem se comportando a nossa despesa empenhada. Esses

são valores nominais. Temos uma despesa total lá em 2017, de setenta e um milhões duzentos e doze mil reais; em 2018, setenta e dois milhões oitocentos e cinco mil reais; em 2019, setenta e oito milhões seiscentos e cinquenta e nove mil; 2020, oitenta milhões quinhentos e setenta e três mil reais; 2021, oitenta e quatro milhões e quinhentos e um; 2022, noventa e cinco milhões quinhentos e oitenta e três. Em relação a nossa principal despesa, que é a despesa de pessoal, saímos de um valor de cinquenta e nove milhões, teve ali um pequeno acréscimo em 2019 para sessenta e um milhões; 2020 e 2021 foram exercícios em que a despesa ficou congelada, e aí 2022 teve, então, a reposição do reajuste e a despesa ficou e sessenta e nove milhões novecentos e quarenta mil reais, e também tivemos alguns ingressos referentes ao novo concurso. Neste gráfico é possível termos uma visualização dos números apresentados no slide anterior. Temos ali em vermelho a despesa de pessoal. Ela vinha bem estabilizada, teve esse pequeno acréscimo agora em 2022, devido ao reajuste que não aconteceu em 2020 nem em 2021. Outras despesas correntes, elas crescem devido aos reajustes dos contratos que têm todo ano. Também tivemos um investimento em serviços de tecnologia, até por conta da pandemia, e a despesa total em azul, onde podemos ver também que agora, em 2022, a despesa de pessoal influencia esse crescimento que temos ali no gráfico, na cor azul. Em relação aos nossos índices, peguei aqui os índices dos segundos quadrimestres de 2018 até 2022. Então, saímos de um índice, lá em 2018, de 1,41%, estamos com o índice de 1,11%. Então, como a nossa despesa de pessoal se mantém estável, e tem um aumento da receita corrente líquida, caímos um pouquinho no índice, deu uma diminuída de 1,41% para 1,11%. Em relação ao percentual de 70% que podemos atingir em relação à Emenda Constitucional 25/2000, saímos de um percentual, no segundo quadrimestre de 2018, de 25,86% e estamos num percentual de 21,89%. Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição para as dúvidas que os Vereadores e também os convidados tiverem. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Nós que agradecemos a apresentação da Sra. Aline Bogó, nossa diretora. Vereador Jornalista Márcio Barros com a palavra. O Sr. Jornalista Márcio Barros:- Presidente, primeiro quero pedir perdão, desculpas para a Aline, porque realmente ficou bem complicado para prestar atenção na sua fala, ficou muito prejudicada, e está complicado de continuarmos esta Sessão. Se estamos incomodados aqui com o barulho, não conseguimos prestar atenção na apresentação dela, fico imaginando lá na igreja como é que foi. Se não atrapalhou aquela missa, imagina nós aqui, como estamos nos sentindo. Então, está bem complicado, Acho que precisamos rever isso... O SR. PRESIDENTE:- Fica seu registro, mas no momento é possível darmos continuidade na audiência. Não cancelaremos esta audiência em função do barulho, percebemos que temos que dar continuidade à audiência, até para cumprir a Lei Orgânica Municipal. Vou passar a palavra à Vereadora Professora Josete. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Abrimos agora a concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões ou questionamentos. A concessão da palavra ou manifestação se dará da seguinte forma: primeiro aos Vereadores que compõem (T) a Comissão Permanente de Economia Finanças e Fiscalização, segundo, aos demais Vereadores, terceiro, aos participantes que se manifestarem pelas fichas e perguntas junto ao Cerimonial no Plenário, e quarto, aos participantes que se manifestarem pelo e-mail da Comissão de Economia, que é o seguinte: comissao.economia@cmc.pr.gov.br O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Vereador Rodrigo Marcial, com a palavra. O Sr. Rodrigo Marcial:- Talvez prejudicado pelo som externo que nos acomete, mas eu não tive clareza quanto ao motivo desse acréscimo percentual do pessoal, que antes estava estável e teve um acréscimo em 2022. Qual é a causa disso, por curiosidade? A SRA. ALINE BOGO:- Por conta da pandemia, uma legislação que congelou os reajustes com a despesa de pessoal durante os exercícios de 2020 e 2021. Então, em janeiro de 2022 o reajuste ficou num percentual de 19%, o reajuste que os servidores tiveram. Então, por isso que teve esse aumento e também o ingresso de novos servidores no nosso quadro. Por isso esse acréscimo. O SR. PRESIDENTE:- Vereadora Amália Tortato, com a palavra. A Sra. Amália Tortato:-

Obrigada, Presidente Serginho. Quero apenas demonstrar a minha solidariedade à Aline, que sempre vem aqui fazer esta apresentação de contas, explicando tudo de maneira tão didática, sempre muito disposta a nos explicar outras coisas no decorrer do ano. Minha solidariedade por essa explanação de hoje ter sido feita no meio dessa confusão. E já aproveito e estendo a minha solidariedade aos membros da Secretaria de Finanças, que em breve também enfrentarão essa situação. Fica aqui o meu registro, Presidente. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Fica o registro. Conforme eu havia dito ao Vereador Jornalista Márcio Barros, mesmo que prejudique essa audiência, nós devemos dar continuidade, tendo em vista o cumprimento da Lei Orgânica, Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, desta forma continuaremos esta audiência. Mais algum Vereador inscrito para perguntas à nossa diretora financeira? Eu tenho alguns questionamentos, mas farei via ofício à Mesa, nos próximos dias encaminharei ao seu departamento. Quero agradecer e registrar o denodo, a sua responsabilidade e de sua equipe frente a esse departamento, dizer que sempre com os dados transparentes nos trazem as informações necessárias ao cumprimento de metas e a forma que está sendo administrada a gestão financeira desta Casa. Então, encerra sua participação aqui, mas fique conosco ainda participando. E agradecemos em nome da Comissão a sua explanação. Muito obrigado. Dando continuidade à audiência, convido o Dr. Cristiano Hotz, Secretário Municipal de Planejamento Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba; Sra. Daniele Regina dos Santos, superintendente executiva; Sr. Mário Nakatani Junior, superintendente fiscal; Sr. Carlos Eduardo Kukolj, departamento de orçamento da Secretaria de Finanças; Sr. Anderson Padovani, Secretaria de Finanças; Sr. Marcio Aurélio Heimosc, gerente de orçamento; Sr. Claudinei Nogueira, diretor de departamento de contabilidade; e Sr. Jaderson Goulart, assessor do nosso Secretário Cristiano Hotz. Eu quero agradecer e registrar a presença do Pedro, fotógrafo, que acompanha o Executivo Municipal. Seja bem-vindo. Nós usaremos a mesma metodologia, após a apresentação do Secretário, a abertura para as inscrições dos Vereadores que desejarem questionamentos e sugestões. Dando continuidade, mesmo com essa dificuldade de os participantes ouvirem, eu peço aos colegas Vereadores presentes que permaneçam para ouvirmos o Secretário, que nos traz esses dados tão importantes para as finanças do Município de Curitiba. Passo a palavra ao Sr. Cristiano Hotz para que faça a sua explanação. O SR. CRISTIANO ROTZ:- Agradecido, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar também os membros da Mesa, o Vereador Rodrigo Marcial, Vereadora Professora Josete, Vereador Serginho, nosso Presidente, e agradecer também ao Jaderson, à Dani e o Mário, que estão aqui conosco, o Anderson, o Márcio, o Carlos e o Claudinei. Grato pela deferência em ficarem e nos ouvirem. Serei bastante breve e objetivo na nossa apresentação, Sr. Presidente, como de costume, V.Exa. já me conhece de algum tempo, e depois ficaremos abertos às indagações, que eu acho que é a melhor forma de podermos fazer os esclarecimentos. Podemos passar para frente, porque eu vou me basear na tela. (É exibido um slide) O SR. CRISTIANO ROTZ:- Total das receitas do Município. Temos acompanhado, antes que eu fale dos números, temos acompanhado a evolução dos pagamentos deste ano e estamos com bastante esperança de que tenhamos uma boa arrecadação esse ano. E a nossa inadimplência, já antecipando uma pergunta que provavelmente deva vir sobre o Refic, nossa inadimplência, o nosso pagamento está acima dos outros anos, ou seja, não justifica aqui a realização de um Refic agora neste ano, alguns CNAEs que estavam com dificuldades foram atendidos pontualmente com a postergação do pagamento do IPTU. Então, assim, e as nossas receitas estão sendo atendidas e os contribuintes têm cumprido com suas obrigações acima dos anos anteriores. Então, já adiante, não faremos Refic esse ano e não há previsão de Refic para o ano que vem. As receitas totais do Município são de sete milhões oitocentos e seis, as receitas correntes nós tivemos... Os valores que estamos apresentando aqui, o Jaderson sempre me lembra aqui que é variação real, ou seja, já descontada a inflação. Receita corrente é de seis oitocentos e trinta e dois, com acréscimo de 3,11%.

Receita de capital de cento e quarenta zero setenta e nove, com decréscimo de menos 19,15%. Essas receitas de capitais são aquelas inversões, aquelas realizações que estavam... É isso, né Dani? Vou fazer, Sr. Presidente, se o senhor me permitir também, eu vou fazer um jogral aqui para que a nossa equipe tenha a oportunidade de fazer a explanação, para que todos saibam que a Secretaria de Finanças não é feita pelo Secretário ou só pelo Secretário, é também pela equipe, então, demonstrar que nós temos uma equipe espetacular na Secretaria de Finanças. Eu gostaria de ter o auxílio da equipe para demonstrar que a Secretaria de Finanças é realizada, Vereadora Professora Josete, por um todo de funcionários que são espetaculares e muito preocupados com o Município. Receitas Intraorçamentárias, oitocentos e trinta e três, 27,36%; as receitas totais ali, exceto as extraorçamentárias, de seis novecentos e setenta e dois. (Próximo slide). Esse é um quadro resumo, realização das receitas, total de 76,3%, isso já demonstra o que eu falei no início. A receita corrente é de 79%, de capital 35,3%, as intraorçamentárias 70,7%, e um total de receitas, exceto a intraorçamentária, de 77,1%. O que, mais uma vez, demonstra o que já vínhamos falando, que nós estamos com um recebimento acima da média. As receitas tributárias, as taxas de cento e setenta e cinco milhões, esses números são sempre os comparados ao segundo quadrimestre de 2021. Nós tivemos um decréscimo de 5,54%. Imposto de renda nós tivemos um aumento de 5,99%, trezentos e cinco milhões. O ITBI, trezentos e dezesseis milhões. Tivemos um decréscimo de 15,7%, o que reitera o que apresentamos já no primeiro quadrimestre e no quadrimestre final do ano passado, que durante a pandemia nós tivemos um volume bastante grande de negociação de imóveis. Então, tivemos uma variação atípica do ITBI, o que justifica agora com a retomada da economia, justifica essa queda no ITBI. Não é nada preocupante, é algo esperado, mas o nosso ITBI continua com uma boa arrecadação. O IPTU nós estamos com novecentos e dois milhões, também menos 2,79%, mas também sempre comparado ao segundo quadrimestre de 2021. O ISS nós temos um duzentos e cinco bilhões, menos 3,32%. O total, nós temos dois bilhões novecentos e seis, com nominal de 4,43%, e o real de menos 3,95%. O ISS, o que demonstra a nossa retomada econômica, forte e pujante no Município de Curitiba, de 5,11%, e o real de menos 3,32%, sempre comparado ao segundo quadrimestre. Esse é um gráfico que demonstra a evolução e involução da arrecadação do ISS nos anos de 2017, 2018, 2019, e 2020 nós tivemos a queda pandêmica, 2021 com início da retomada, e agora 2022 temos, em comparação ao segundo quadrimestre, aqueles números são números fechados do ano. Então, comparando o 2022 com o primeiro quadrimestre, temos esse número de um duzentos e cinco. O IPTU, novecentos e dois milhões do previsto total, que é um pouco mais de um bilhão, 5,70% nominal, e menos 2,79% no real. A evolução do IPTU, também os números que se apresentam em verde são números fechados, e o número de 2022 é um número aberto ainda. Nós estamos com novecentos e dois, conforme já dito. O ITBI que demonstra aquele quadro, esse é só um reforço do que já foi apresentado, trezentos e dezesseis milhões, menos 8,40% nominal, e 15,75% no real, que justifica aquela queda da não negociação dos imóveis que diminuiu bastante. As receitas tributárias que são em números fechados. O ITBI em valores reais, 2017, 2018, 2019 e 2020, o número de 2021 a retomada foi bastante alta, trezentos e setenta e seis, e agora nós estamos com trezentos e dezesseis, que esse número demonstra aquela queda que nós tivemos, que também não é um número fechado (I) ainda, estamos falando do segundo quadrimestre, comparado ao segundo quadrimestre de 2021. As transferências e receitas. A Dani pode falar para nós. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- As transferências de receitas demonstram o que visualizamos, principalmente até o mês de agosto, a subida significativa, que você teve no ICMS, nos combustíveis, que começa a demonstrar a sua queda só a partir do mês de agosto. Ainda no mês de agosto, ainda não temos muito disso. Então, você tem uma subida no ICMS, conseqüentemente você também sobe o FPM. Nós temos proporções diferentes, o FPM subiu mais. O IPVA, tivemos um acréscimo. O FUNDEB também sobe bastante, até pelas alterações que você tem nas regras do FUNDEB. E só temos a queda na receita do

SUS. Como a questão é a variação referente ao segundo quadrimestre do ano passado, a queda que você tem dentro do SUS também está relacionada à queda de repasse de recursos que veio para a Covid, que eram muito específicos. Então, estamos retomando a posição do SUS, quando tínhamos, embora a Cidade continue mantendo boa parte das estruturas que foram relacionadas à Covid. Tivemos uma queda dos repasses federais em relação a isso. Os demais, realmente, subiram, ainda não demonstram nenhum tipo de queda referente à questão do ICMS, que deve aparecer agora, de forma mais significativa, a partir do mês de agosto, principalmente com as questões relacionadas à queda do valor do ICMS da energia. As receitas de transferências, os convênios de capital. Esses valores vão variando de acordo com o que temos de fluxo de convênios. Esse é um ano eleitoral para o estado, para o governo federal, então, realmente, você tem uma redução nos repasses de convênios relacionados a isso. As outras de capital sobem 229%, que são relacionadas a outras fontes. FNDE sobe também. Você tem convênios que estão também subindo. São valores que subiram, principalmente, acho que ainda relacionado, você tem as questões de transporte, e tudo o que vieram, e as outras transferências correntes. De maneira geral, você não tem queda nessas transferências, elas ainda não estão demonstrando queda, como é o comportamento que você tem da receita federal e estadual. Esse é um quadro que vai dando um desenho histórico, sempre sobre valores reais, que nos permitem fazer a comparabilidade. O FPM mostra um pequeno ajuste, mas ainda mostra o ajuste. O SUS teve as quedas relativas aos recursos que, realmente, saíram da Covid. O FNDE, mais ou menos, tem mantido os seus valores, pouco acréscimo nesses valores. O ICM deu uma baixada em 2020-2021. Retoma agora, em 2022. Ainda estamos retomando com valores inferiores a 2018, se formos observar. E essa retomada está pautada na questão da subida dos preços dos combustíveis, o que deve se alterar a curto prazo. O IPVA. Nós também tivemos um acréscimo nos valores do IPVA. Também tem uma redução na quantidade de parcelas de IPVA, então, você acaba tendo essa arrecadação antes do que estava previsto. Nos outros anos já tivemos prazos diferenciados também. E o SUS do estado, também tivemos um acréscimo em relação aos anos anteriores, pulando o ano de 2021, que também tivemos valores repassados para a Covid. Quanto às despesas. Temos queda nas despesas correntes, são números reais. Ficamos com as despesas, no total geral, de seis bilhões, novecentos e noventa e nove. Praticamente, sete bilhões. As despesas correntes têm uma queda de 5.78, mesmo num ano de muitos ajustes, reajustes que nós tivemos, que foram bem mais significativos do que vínhamos tendo, porque tivemos um valor de inflação bem superior ao que havíamos tido nos últimos anos. Mesmo assim, conseguimos controlar a despesa, que está abaixo do que tínhamos no ano anterior. A despesa de capital sobe 105%. A despesa de capital, varia, necessariamente, com o fluxo de obras que nós temos. Então, a medida em que vamos conseguindo colocar as obras para rodarem mesmo, a entrada de recurso de capital aumenta, e também aumenta a despesa de capital. Mas é um fluxo planejado, por isso ela tem essa mudança de variação tão significativa. E as despesas intraorçamentárias, oitocentos e quarenta e um, se eu não me engano. O IPMC. Então, você tem uma subida, até em função da questão do RPPS. Então, se verificamos, esse é um quadro que vai dar a noção da realização no tempo no ano. O primeiro quadro mostra que temos uma receita arrecadada muito maior do que estava prevista. A média seria em torno de 66%. E a nossa despesa está equilibrada com isso. O que nos dá uma tendência de superávit de excesso de arrecadação. Então, temos um comportamento equilibrado da despesa, e a arrecadação está se comportando de uma forma maior. As despesas correntes. Agora, uma demonstração dos juros que são pagos, cinquenta e dois milhões. As outras despesas correntes, que são as demais despesas que temos com contratos, com ações do governo, são num valor de dois bilhões, novecentos e sessenta e cinco milhões. E a despesa de pessoal em cargos, em 3,195 bilhões, que tem uma subida neste ano, justamente, porque neste ano temos algumas liberações de travas. Então, estávamos com avanços travados em função da pandemia, uma lei federal que nos

impediu de fazer as correções devidas. E agora, com a início desse exercício, foram feitas algumas correções cumulativas, inclusive, principalmente na área da saúde, que foi autorizado a fazer o cumulativo, então, você tem uma subida mais significativa. As despesas de capital. Temos as inversões financeiras, que subiram significativamente. Aqui sim temos a reversão dos recursos do FAAC. O FAAC, que era um fundo extraorçamentário, neste ano, neste exercício, passou a ser orçamentário. Por isso, acaba acontecendo esses valores. Então, esses valores corriam fora do orçamento, contabilizados de forma extraorçamentária, e agora revertermos para dentro do orçamento. Então, aparece essa alteração muito significativa. E isso está relacionado ao FAAC, ao processo de venda das mercadorias e o retorno do recurso. É só uma alteração contábil mesmo. Amortização da dívida, duzentos e sessenta e cinco milhões. Como já temos um andamento mais significativo das obras, já passamos a pagar os contratos de financiamento de forma mais significativa. E os investimentos, na ordem de trezentos e noventa e seis milhões. Todos eles apontam um crescimento. Metas e os limites. Então, temos o desenho do resultado primário, do resultado nominal. O resultado primário para o segundo quadrimestre é de seiscentos e vinte e seis milhões e oitocentos e dezoito. Sabemos que as alterações, essas diferenças, sempre estão relacionadas ao superávit, que acaba por acrescentar dentro desses quadros. E, por isso, na hora que fazemos as leis, o superávit não é considerado, na hora da execução, consideramos os superávits, as disponibilidades de caixa e, por isso, você tem essa mudança de valores. O nosso resultado primário é de seiscentos e vinte e seis milhões. O resultado nominal, oitocentos e oitenta e seis milhões. Hoje as receitas correntes estão em dez bilhões, duzentos e oitenta e dois e seiscentos e seis. Tem as deduções legais na ordem de quase um bilhão de reais. Então, a nossa receita corrente líquida do Município, nesse quadrimestre, em nove bilhões, trezentos e trinta e seis, setecentos e quatro, um crescimento de 3,79% em relação ao quadrimestre do ano anterior. Aqui são as metas que apresentamos, relacionadas às dívidas. Então, você tem a dívida consolidada, na ordem de um bilhão, duzentos e sessenta e nove milhões. A dívida consolidada líquida é menos três, porque aqui você entra com os valores que temos de disponibilidade de caixa, portanto, ela passa a ser negativa, por isso, ela aparece como negativa. Nos limites, atualmente, estamos comprometidos com 34% da receita corrente líquida. Poderemos estar comprometidos com, pelos menos, 100%. Estamos muito abaixo do que a lei nos permite. As dívidas externas. Sempre trazemos essa composição para que vocês tenham noção de quais são as dívidas que nós temos. Hoje estamos com 59% da dívida externa relacionada ao BID, que é um programa que já começou há mais tempo. E 41%, a Agência Francesa. São os valores que já estamos tendo andamento. Ainda temos alguns outros empréstimos, que foram aprovados pela Casa, mas que ainda não estão com andamento de obra. Por isso, contabilmente, eles ainda não se realizam. As nossas dívidas internas, a maior parte delas estão relacionadas com a Caixa Econômica, ainda muito relacionadas ao PAC. A RPPS, que é a dívida do IPMC, que ainda não conseguimos fazer nenhum processo para tentar trocar a dívida. O quadro atual da economia não favorece. Temos a dívida do PASEP, que é uma dívida que já está sendo paga pelo Município. Temos outras questões do PASEP que ainda estão em juízo e, portanto, ainda não fazem parte do quadro de dívidas, mas que são valores bem significativos e que podem adentrar também a esse quadro. Banco do Brasil, quarenta e um milhões. A licença prêmio, trinta e oito. São as licenças antigas que nós parcelamos com os aposentados. Então, só temos uma parcela pequena para pagar agora, eram mais de cento e vinte milhões. Agência de fomento, vinte e dois milhões. BNDES, dezessete. A novação, que também era uma dívida bastante significativa, agora temos uma parcela pequena de quinze milhões. O INSS, que é uma dívida que vem lá de 1990, por não pagamento também, temos em torno de 7,8 milhões. E precatórios, 2,7, que, normalmente, são valores relacionados a atualização dos precatórios, que nós já fizemos no começo do ano. Então, eventualmente, tem uma atualização ou outra, menor, que precisa ser ajustada e daí fica no valor de dívidas. As garantias. Então,

concedemos um limite de garantia, de duzentos e trinta e nove milhões, que é uma garantia antiga, concedida à Cohab há alguns anos. Também é muito pequena, perto do valor atual que temos, que é de 2,57. Sendo que em alerta, teríamos que estar, no máximo, em 20%, 19,8. É muito inferior ao que nos é permitido. As operações de crédito, da mesma forma, temos setenta e dois milhões. E a antecipação de receita não temos nenhuma. Estamos em 0,78% desses valores, podendo chegar, inclusive, a 16%. Estamos muito abaixo daquilo que também poderíamos estar. A despesa de pessoal. Estamos com duzentos e trinta e nove milhões, despesa líquida. E o percentual da receita corrente líquida, fica em 37,89%. Da forma como foi apresentado, temos 60% pela lei, 6% para a Câmara, 54% seria destinado ao Município, ainda estamos em 37,89%. O limite de publicidade e propaganda. Hoje temos um valor em torno de quatorze milhões e duzentos mil. Hoje, o percentual que aplicamos é de 0,15% da receita corrente líquida. O limite seria de 0,60%. Saúde e educação, são os limites. Historicamente temos a saúde acima dos 15%. Então, estamos com a saúde em 19,33%. A despesa realizada é em torno de 4,3 milhões de reais. A despesa empenhada, oitocentos e trinta e sete milhões. A despesa liquidada, oitocentos e vinte e seis. A despesa da educação, que ainda nesses três últimos anos temos um valor inferior aos 25%, sempre apresentado ainda. Estamos agora com um valor bem superior, com o pagamento das licenças e a questão dos ajustes dos salários, os valores subiram bastante. Mas, até o final de agosto, estávamos com 15,51% da despesa liquidada, quer dizer, a despesa que já foi, realmente, para pagamento. Para as despesas empenhadas os valores são maiores. Mas, da mesma forma, vamos cumprir os 25%, sabendo que tínhamos ainda aqueles valores relacionados à Covid, que acabaram por alterar isso. Encerramos. (A) O SR. CRISTIANO HOTZ:- Grato, Dani, pela sua participação. A próxima o Mário vai nos ajudar aqui. Sr. Presidente, era o que tínhamos a apresentar. Estamos à disposição de V. Exa. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a explanação. Quero, em tempo, fazer o registro da presença da Sra. Mariele Silva, que é consultora do Sebrae, está acompanhando essa audiência e também dos demais convidados que participam das galerias, presentes nesta audiência. Faremos a mesma dinâmica. A concessão será dada da seguinte forma: aos Vereadores da comissão; aos demais Vereadores; aos participantes, inclusive, perguntas, caso cheguem via e-mail da comissão de economia e Finanças, comissao.economia@cmc.pr.gov.br. De imediato, temos inscritos, primeiro, a Vereadora Professora Josete e, na sequência, o Vereador Professor Rodrigo Marcial. Com a palavra a Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:- Obrigada, Sr. Presidente. Vou tentar ler rapidamente, porque são diversas perguntas. Primeiramente em relação às despesas, comparando o mesmo período entre 2021 e 2022 percebemos uma grande diferença em alguns casos, que em parte pode ser explicada pelo retorno às atividades no período pós pandemia, porém, gostaria da explicação sobre o aumento e a queda da despesa em alguns fundos e secretarias, um deles, FAAC, aumentou cerca de quatrocentos e cinquenta, a partir de abril, notamos a inserção do elemento aquisição de produtos para revenda. Despesas de Capital, a Daniele já citou alguma coisa, mas acho que é importante explicar, principalmente, para a população que nos acompanha pelas redes sociais, tem algumas falas técnicas que às vezes é difícil que as pessoas compreendam. Enfim, eu acho que essa é uma questão para entendermos melhor. Encargos gerais do Município, aumento de mais de 80%, principalmente, nos meses de março, abril e maio. Então a dúvida é se foram precatórios. Em relação à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a SMELJ, a SMAP, a SMCS, nós observamos um aumento de quase 30%, isso foi efeito da alta dos preços? Também é uma dúvida. E o último item em relação a isso, a queda do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que foi praticamente 60%. Nós aprovamos uma lei com uma alteração destinando parte de recursos ao Fundo Municipal. Então, por que na prática isso não está se concretizando? Quando mudamos a lei de zoneamento. E a questão do potencial construtivo na verdade, desculpe. Segunda pergunta, sobre o pagamento da licença-prêmio. Gostaria de ter aqui algumas

informações gerais, quantos servidores já foram contemplados, qual o valor total pago, quantos restaram, quantos servidores ainda terão que receber e qual a projeção para os próximos dois anos. Nós sabemos que daqui a um tempo não haverá mais o pagamento da licença-prêmio, uma vez que não há mais esse direito para os servidores. Então, qual é a projeção que a Secretaria faz disso. E nós queremos também saber o panorama sobre o auxílio de setenta reais, voltados às famílias em situação de vulnerabilidade, que é um recurso onde as famílias podem adquirir produtos nos armazéns da família. Quantas famílias foram atendidas no pico da pandemia e quantas estão sendo atendidas hoje. Seria isto. Obrigada. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereadora, vou começar de trás para frente. Esse número de setenta reais, é um número pertencente à secretaria do Gusi, Secretaria de Segurança Alimentar, eu não tenho esse número agora, confesso, não tenho esse número. Vou solicitar ao Gusi agora por WhatsApp e até o final da audiência eu devo apresentar isso para V. Exa. Também referente à primeira questão que V. Exa. nos faz, esse aumento do FAAC, foi um repasse que o Prefeito Rafael Greca determinou de um acréscimo de cento e dez milhões de reais mais ou menos, para que pudéssemos fazer frente à necessidade da população de Curitiba, da aquisição de alimentos nos armazéns da família implantados pelo Município, e também por conta daquilo que a Dani já havia dito, que o FAAC passou a ser também uma despesa orçamentária. Mas nós destinamos cento e dez milhões de reais, por determinação do Senhor Prefeito Rafael Greca, para aquisição de alimentos, para que pudessem ser vendidos e suportados à busca e à procura nos armazéns da família disponibilizados pelo Município. Também, a pergunta número três, sobre as secretarias, os aumentos das secretarias, que V. Exa. citou, foram aumentos que tiveram a retomada e a implantação de programas, alimentar, a secretaria do Gusi que V. Exa. falou, e também a Secretaria de Esportes que iniciou uma nova gestão administrativa com uma implantação de programas por determinação do Sr. Prefeito. Mas, assim, as perguntas de V. Exa., se a senhora puder nos passar, nós responderemos detalhadamente ao gabinete de V. Exa. O SR. PRESIDENTE:- Já respondidas? Eu gostaria de fazer duas perguntas, Secretário, em relação ao repasse do SUS, ou melhor, pelas transferências do SUS que vem caindo, se isso tem impacto imediato ou para o futuro prejudicará os serviços na área da saúde, tendo em vista, também uma preocupação que ontem a Secretaria de Saúde nos demonstrou, em relação a fazer frente aos serviços à população. De que forma o Município tem atendido e se esse impacto está acontecendo no presente momento ou impactaria para o futuro e se há uma ação já planejada para fazer frente a esta queda. A segunda pergunta, não é uma provocação, mas eu sempre pergunto aos demais secretários que já passaram por essa pasta há anos, se a Prefeitura estuda a volta da taxa de contribuição de melhoria. Esta taxa de contribuição de melhoria faz frente a algumas obras, nós sabemos a dificuldade que é em aferir de que forma que o Município fará a cobrança aos contribuintes. Porém, por outro lado, é uma receita, é um valor que pode ser agregado com a participação da população, em alguns reparos de infraestrutura, em especial, as calçadas do Município de Curitiba, se há algum estudo na sua secretaria e juntamente com as demais que compõem o Executivo, a volta dessa taxa de contribuição, se há essa possibilidade. Eu passo, então, a palavra ao secretário e depois damos continuidade às perguntas dos Vereadores. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Sr. Presidente, a contribuição de melhoria, não há uma determinação do Sr. Prefeito que façamos a implantação dessa contribuição, até porque, o Prefeito Rafael Greca lançou, e V. Exas. têm conhecimento, do programa Andar Melhor, Caminhar Melhor, em que o Município de Curitiba, com a arrecadação que tem sido feita e com a gestão financeira que foi implantada no início da primeira gestão, da gestão que ele completa com o apoio da Câmara de Vereadores, o Município tem conseguido fazer frente aos investimentos de calçadas e investimentos necessários à mobilidade urbana no Município de Curitiba. Então, neste momento não há a previsão da implantação dessa contribuição de melhoria. Talvez um estudo futuro para, junto com outros órgãos e entidades, como por exemplo, Copel, tripartite Copel e Estado, alguma coisa assim,

para que possamos fazer uma redução na fiação aérea no Município de Curitiba em alguns pontos. Mas, assim, isso é bastante incipiente ainda, está num estudo, não vou dizer embrionário, Sr. Presidente, ele está num estudo microcosmos. Então, são possibilidades. Do SUS, a Secretária Beatriz Battistela esteve aqui ontem e falou já, adiantou, e eu repiso as palavras que ela falou aqui, que nós temos condições. A redução do SUS é significativa, até mesmo porque, nós tivemos as questões pandêmicas, em que o Governo Federal encaminhou bastante dinheiro e o Governo Estadual também, para atender as necessidades daquele período de pandemia. Graças a Deus, até ontem nós completamos o décimo dia, talvez hoje, o décimo primeiro dia, sem nenhum caso de registro de Covid em Curitiba. Graças a Deus isso vem acontecendo. Então, essa redução do SUS é uma redução esperada e planejada, nós temos o planejamento de suporte a isso se necessário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Temos inscritos, nesta segunda rodada, a Vereadora Amália Tortato, na sequência o Vereador Marcelo Fachinello. O Sr. Rodrigo Marcial:- Presidente, a pergunta foi feita somente pela Professora Josete. Eu acabei não fazendo a minha. O SR. PRESIDENTE:- Peço desculpas, porque eu achei que o senhor havia feito a sua pergunta, mas em tempo, por gentileza. Com a palavra o Vereador Rodrigo, na sequência, a Vereadora Amália e o Vereador Fachinello. O Sr. Rodrigo Marcial:- Obrigado, pela palavra, Presidente, não há problema algum. Eu gostaria de mais uma vez lamentar e pedir escusas ao secretário e àqueles que acompanham a nossa Sessão, pela manifestação intempestiva e desagradável do Vereador cassado e candidato a deputado. E digo que estou com dor de cabeça tentando prestar atenção no ocorrido e preferiria ter levado um tapa na minha nuca, pelas costas, enquanto estava sentado, como levou o meu irmão, há tantos anos, do próprio Renato Freitas, do que ter que passar por esta situação desagradável. Indo diretamente às perguntas, secretário, de forma bruta percebemos uma atualização dos valores contidos no "RO", que percebemos um aumento substancial das despesas, a dotação inicial estava prevista para nove bilhões e quatro milhões de reais e foi atualizado em mais de um bilhão e quinhentos milhões de reais para dez bilhões e quinhentos milhões de reais, sem contar as despesas intraorçamentárias. A atualização de receitas, por outro lado, está em praticamente nove bilhões e trezentos milhões de reais. Então, é uma defasagem importante entre as receitas e despesas de mais de um bilhão de reais. Gostaria que V.Exa. pudesse detalhar melhor o motivo dessa defasagem e se a Prefeitura está prevendo um ano deficitário. E, além disso, mais uma pergunta, o que me chama a atenção é que a dívida consolidada líquida até o bimestre atual é de três bilhões de reais negativos. Então, a Prefeitura conseguiria pagar todas as dívidas e ainda ficar com três bilhões de reais em caixa. E reitero a pergunta anterior, de quais seriam os motivos para estarmos prevendo esse déficit e se essa sobra está relacionada a este déficit que se prevê. E, além disso, finalmente, dentro do relatório resumido de execução orçamentária também percebemos algumas atualizações de despesas, a linha de despesas referente à administração, por exemplo, (P) teve uma atualização que estava em seiscentos milhões para oitocentos e quarenta e oito milhões de reais, ou seja, são duzentos e cinquenta milhões de reais de atualização, uma variação de mais de 40%. Na administração geral a dotação era de quatrocentos e setenta e três milhões e aumentou para seiscentos e cinquenta e seis. Novamente agora uma diferença de quase duzentos milhões de reais. Poderia ser detalhada de forma um pouco mais minuciosa essa variação e que tipo de despesas estariam dentro dessa função? O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, concedemos a palavra à Vereadora Amália Tortato. A Sra. Amália Tortato:- Obrigada, Sr. Presidente, pela concessão da palavra. Cumprimento o Secretário e a sua equipe. Obrigada pela presença aqui hoje conosco. Temos recebido algumas reclamações com relação ao arbitramento na base de cálculo do ISS, então gostaria de entender em que situações esse arbitramento acontece. Nas reclamações que recebemos, que esse arbitramento tem sido feito em valores superiores ao do mercado. Gostaria de entender em que situações esse arbitramento é feito e por que temos recebido esse tipo de reclamação? Com relação a certidão negativa de débitos tributários, aqui no nosso

Município a validade dessa certidão é de noventa dias e no âmbito federal é cento e oitenta dias. Então também queria entender por que há essa diferença e se existe alguma previsão de que seja ampliada para ficar igual ao nível federal? Com relação ao transporte público, sabendo que o Secretário não é o Presidente da Urbs, ciente disso, mas é o dono do cofre, vamos dizer assim, e temos feito repasses grandes aqui para as empresas de ônibus, por questões contratuais que não vou entrar nesse mérito, mas gostaria de saber se há por parte da Secretaria de Finanças algum incentivo para a efetiva implantação da Lei nº 14.672/2015 que prevê a publicidade nos ônibus como uma forma de receita extra tarifária, para que dessa forma precisemos repassar menos dinheiro à Urbs. Nesse sentido de que se é um incentivo para reduzir o valor do que será repassado através, por exemplo, da efetiva implantação dessa lei que prevê a publicidade nos ônibus. Ainda tendo em vista que eu sei que V.Exa. não é o gestor do zoológico e não é da Secretaria de Meio Ambiente, mas gostaria de saber nessa mesma linha se há um incentivo por parte da Secretaria de Finanças para que o zoológico seja concedido para a iniciativa privada, reduzindo assim também os custos do Município? Uma outra pergunta que eu fiz ontem para a Secretária da Saúde, com relação ao teste do pezinho. Temos em Curitiba vinte mil nascidos vivos e a Secretária informou que para fazer a ampliação do teste do pezinho teria um custo de quatrocentos reais, que dá um impacto de mais ou menos oito milhões de reais. No começo do ano concedemos um reajuste aos servidores que teve um impacto de seiscentos e cinquenta milhões de reais, dos quais trezentos e quarenta não tinham previsão orçamentária. O que podemos ver é que não falta dinheiro, falta prioridade. Nesse sentido eu gostaria de saber qual é a visão da Secretaria, qual é a visão da Prefeitura de destinar esses oito milhões para que possamos ampliar para cinquenta doenças o teste do pezinho aqui no Município, levando em consideração que eu sei que não temos previsão orçamentária. Com relação ao piso dos enfermeiros, estou concluindo, já perguntei isso da outra vez mas gostaria de saber, se não houver o repasse por parte da União para fazer o pagamento desse novo piso, se haverá aumento de tributos municipais para cobrir? Sabemos que no final das contas o dinheiro sai é do bolso do cidadão. Por último, gostaria de agradecer ao Sr. Mário, porque nos respondeu recentemente sobre a questão do padrão nacional da nota fiscal eletrônica. O senhor colocou na sua resposta que a Prefeitura já está implantando, então há uma previsão para que consigamos ter essa novidade para o cidadão curitibano? Obrigada pela concessão da palavra. O SR. PRESIDENTE:- Para fechar o bloco, temos o Vereador Marcelo Fachinello. O Sr. Marcelo Fachinello:- Obrigado pela concessão da palavra, Sr. Presidente. Bom dia a todos e todas. Faço minhas as palavras do Vereador Rodrigo e peço desculpas ao Secretário Cristiano e a toda sua equipe pela falta de respeito, mas infelizmente não nos surpreende. Secretário, temos conversado bastante e primeiro quero fazer um elogio ao seu trabalho, ao trabalho da sua equipe e ao trabalho de gestão do dinheiro público que a Prefeitura faz, através da sua Secretaria. Temos conversado bastante sobre aquela sugestão que fizemos à Secretaria para que o Executivo remeta a esta Casa de Leis um projeto instituindo um incentivo fiscal para a regularização das transações imobiliárias, por meio da alíquota do ITBI, aquelas transações que foram feitas muitos anos atrás e muitas vezes por contratos de gaveta e através desse projeto de lei essas pessoas poderiam ter uma alíquota diferenciada e poderiam assim ter os seus imóveis, as suas casas, os seus terrenos regularizados. Seria essa, na nossa avaliação, uma oportunidade para que essas pessoas pudessem pagar uma alíquota inferior e finalmente obter a documentação oficial da sua casa, do seu imóvel, do seu terreno e também uma oportunidade da Prefeitura, regularizando isso, recolher tributos. Isso dá uma segurança jurídica para essas pessoas mais carentes, é algo que foi feito em várias cidades, em Porto Alegre, por exemplo, e daria para a Prefeitura mais uma possibilidade de arrecadação. Em junho fizemos um pedido de informações e foi nos passada a informação de que isso está sendo estudado, de que isso está sendo calibrado, as faixas de valores estão sendo avaliadas. Gostaria de saber do senhor em que pé está essa situação e se há alguma

previsão para que possamos receber esse projeto de lei para que ele seja avaliado pelas Comissões e depois por este Plenário. Obrigado pela concessão da palavra. Bom dia e mais uma vez agradeço ao Secretário e a sua equipe. O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Secretário para as devolutivas, fechando esse bloco. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vou começar aqui fazendo o inverso, porque a minha memória mais recente lembra. Vereador Fachinello, grato pela questão. No início do ano de 2022 tivemos uma reunião que toda segunda-feira o Prefeito Rafael Greca faz, uma mesa de governo, e ele nos apresentou esse desafio de fazer o estudo do ITBI para que pudéssemos trazer a dignidade e a tranquilidade às pessoas que têm essas moradias já há bastante tempo e os contratos vinham sendo feitos de boca ou escritos, eram passados. Essas pessoas não levam a registro esses contratos, porque não há o pagamento do ITBI. Foi uma determinação do Prefeito Rafael Greca que fizéssemos essa análise, já estamos fazendo isso desde o início do ano e temos a esperança de mandar isso nos próximos dias a esta Casa de Leis, para que possamos trazer essa dignidade e segurança a esses moradores, a esses contribuintes, esses residentes de Curitiba que mais necessitam. Nunca será um objetivo de favorecer o grande negociador, o grande contribuinte, o cidadão que faz investimentos em imóveis, mas sim trazer, como já conversamos, a dignidade às pessoas que têm os imóveis já há bastante tempo e não têm aquela segurança de dizer, esta é a minha casa. E agora com essa determinação vamos poder trazer essa alegria. Eu confesso que quando comprei o meu primeiro imóvel e estava registrado, eu sentei e chorei, porque é um negócio indescritível essa situação e essa condição de você poder dizer e estar comprovado em cartório é meu e acabou, não tenho mais esse risco. Voltando agora às perguntas da Vereadora Amália, as reclamações que V.Exa. tem recebido em seu gabinete, vou pedir gentilmente que nos passe para que possamos realmente avaliar e dar uma resposta condizente, não só para V.Exa. mas para o contribuinte, para que possamos realmente entender o que está acontecendo. São situações do dia a dia no município que às vezes o contribuinte leva um problema, é explicado mas ele não... Não estou transferindo o problema ao contribuinte, tá? Talvez o não entendimento leve a uma indignação, mas são filigranas ali da legislação que podemos esclarecer e fazemos a maior questão, pode marcar um horário lá no nosso gabinete, pode até mesmo levar o contribuinte lá para que expliquemos. Não nos furtamos a essa situação, mas não posso dizer o que está acontecendo sem ter o caso concreto em mãos para que eu possa dar uma resposta a contento para V.Exa., Vereadora Amália. Do que a senhora disse da Urbs, eu só gostaria de fazer mais uma vez aqui um ajuste de fala, quando falamos em subsídios não falamos em repasse para as empresas. É óbvio que esse dinheiro acaba no caixa das empresas, mas o subsídio é para o cidadão curitibano, que ao invés de pagar uma tarifa técnica de seis e cinquenta, sete, paga uma tarifa técnica de cinco e cinquenta. Então, o subsídio ao transporte coletivo, que V.Exas. sabiamente aprovaram, não é para a empresa de ônibus, não é um repasse para a empresa de ônibus e sim um repasse para o bolso do cidadão. Então, só gostaria de fazer esse ajuste de fala, que dá a impressão que estamos favorecendo alguém, alguma empresa ou algum fornecedor. Não, isso não acontece, o que estamos fazendo é auxiliando e dando subsídio ao usuário do transporte coletivo, que ao invés de pagar todos os dias seis e cinquenta ou sete, paga cinco e cinquenta e esse dinheiro é bancado pelo Município de Curitiba, com o apoio de V.Exas., que sabiamente entenderam e enxergaram essa necessidade do usuário do transporte coletivo. A Urbs estuda a possibilidade da efetiva implantação da publicidade nos ônibus, o que com certeza vai reduzir a tarifa técnica, diminuindo assim o repasse que teremos que trazer à Câmara para a aprovação. Estamos recebendo ainda esta semana, segundo o Ogeny nos passou, trinta e seis milhões do Governo Federal, do subsídio ao transporte do idoso, uma questão do idoso. Algo que já vínhamos pleiteando há muito tempo. Vamos receber trinta e seis milhões, mas não é esse o número, o número é maior mas continuamos bancando. Para que se entenda, o Município de Curitiba, com o apoio da Câmara de Vereadores, sempre bancou esse subsídio aos idosos, como banca os outros, para que possamos fazer essa gratuidade

do transporte. Vereador Rodrigo Marcial, V.Exa. fez as perguntas de forma tão rápida para cumprir o tempo, que eu vou solicitar que nos repasse esses questionamentos que faremos da mesma forma que prometemos à Vereadora Josete, faremos por escrito ao gabinete de V.Exa., até mesmo para que possamos aproveitar e dar uma resposta mais tranquila. O Sr. Rodrigo Marcial:- Eu posso pedir a gentileza de que pelo menos uma das perguntas seja respondida? O SR. CRISTIANO HOTZ:- Se o senhor puder repetir? O Sr. Rodrigo Marcial:- A minha maior preocupação se dá acerca do aumento substancial nas despesas e da variação da dotação inicial de 9,04 bilhões para 10,5 e sem que tivéssemos uma atualização das receitas correspondente, portanto, seria uma defasagem de 1,2 bilhões de reais entre receitas e despesas. Eu queria entender um pouco melhor o motivo disso, porque é uma variação muito grande e se a Prefeitura prevê um ano deficitário. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereador, um valor? Qual foi a última palavra de V. Exa.? O Sr. Rodrigo Marcial:- Se a Prefeitura está prevendo um ano deficitário? O SR. CRISTIANO HOTZ:- Eu vou pedir para a Daniele responder. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia, Vereador. A variação que temos no orçamento, acho importante sempre lembrarmos que o orçamento do Município traz os recursos que serão arrecadados no exercício. No orçamento nunca constam os recursos de superávit que vieram do ano anterior. Temos um valor significativo de disponibilidade de caixa e esse recurso a medida em que as despesas vão se mostrando realizadas, existe um planejamento para esse recurso e a medida em que essas despesas vão se realizando o recurso adentra ao orçamento, por isso que não aparece a contrapartida no aumento de receita, porque não é um aumento de receita tributária daquele exercício e sim uma entrada de recursos do superávit. E é isso que dá margem à execução dessas despesas que estão ampliadas. É esse mesmo motivo para ampliação das despesas das Secretarias que o senhor também colocou, porque conforme as despesas, vamos entrando com elas. Cada vez que mandamos para a Câmara alguns projetos, (C) fazemos menção ao recurso que vai dar base ao projeto sendo como superávit. Depois da aprovação são essas despesas que entram no orçamento e entra com o recurso através do superávit. Por isso que aparece essa diferença. A tendência é diminuir porque vai executando o superávit. Vamos executando a disponibilidade de caixa. Há uma diferença entre o superávit do exercício e essa disponibilidade de caixa que vem acumulada. Com o aumento que nós tivemos significativo na arrecadação nesse exercício em função do aumento dos combustíveis, e se nós não tivermos uma redução significativa nos próximos meses, o município ainda deve apresentar algum tipo de superávit, bem menor do que já vinha, mas ainda deve apresentar um tipo de superávit que vai se somar a essa disponibilidade anterior que é bem maior. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. Último inscrito, Vereador Ezequias Barros, a quem passo a palavra para os questionamentos. O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado, Presidente Serginho. Agradecer a presença do Secretário Cristiano. Secretário, a minha pergunta é: nós tínhamos aqui uma lei, estávamos caminhando inclusive com o Vereador Osias, pela imunidade para os templos, imunidade do IPTU para os templos locados e foinos dado a condição, foi retirado, inclusive não pedimos mais para pudesse passar o projeto aqui, mas que viria um decreto do Prefeito para que pudesse ser adequado conforme a lei federal. A pergunta é, como está esse decreto? Somos cobrados todos os dias, eu sou cobrado, tenho certeza que outros Vereadores da base evangélica também. Então gostaria de saber de V.Exa. como está esse decreto, se já está pronto mesmo, para que não aconteça novamente o que aconteceu no ano passado e que virado novembro está contado com esse valor e depois não tem como mexer. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Pergunto se mais algum Vereador está inscrito. (Pausa). Com a palavra, Vereadora Amália Tortato. A Sra. Amália Tortato:- Algumas perguntas minhas que não foram respondidas, eu queria saber se eu posso encaminhar para ele. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Ah, sim, Vereadora. Perdão. Claro! O SR. PRESIDENTE:- A Vereadora fará de ofício. Passo a palavra ao Dr. Cristiano Hotz para que faça a devolutiva ao Vereador Ezequias Barros e suas considerações finais, tendo em vista que já estamos caminhando para o

término desta Audiência O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereador Ezequias, a lei federal que instituiu essa imunidade aos templos foi do ano passado, no meio do ano passado, por óbvio, não dava para fazer o pedido para o ano passado porque o IPTU é um lançamento tributário anual. Uma vez ocorrido o fato gerador, já está instituído. Ano passado a lei foi criada e instituída, não havia como fazer qualquer alteração na legislação. Quanto ao próximo ano, o decreto já está redigido, já foi avaliado por nossa equipe e o Secretário Jamur vai conversar com V.Exas. que apresentaram aquele projeto de lei. Então para a próxima semana muito provavelmente será apresentado o decreto a V.Exas. pelo Prefeito Municipal. O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado, Secretário. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Sr. Presidente, as minhas considerações finais são de regozijo e alegria por estar presente na Casa de Leis, com V.Exa., as Vereadoras, os Vereadores. Agradecer mais uma vez o empenho da nossa equipe na Secretaria de Finanças, o entendimento de V.Exas. quanto a realização e a importância desta Audiência Pública. E dizer que nós rogamos e esperamos que tudo aconteça de forma espetacular e maravilhosa nesse domingo de democracia. Talvez esse é o maior desejo de todos nós neste momento. Grato, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Dr. Cristiano Hotz. Quero fazer alguns registros de agradecimentos pela participação nesta Audiência Pública. Cumprimento a Sra. Aline Bogo, Diretora Financeira e Contábil da Câmara de Vereadores; o Vereador Tico Kuzma, que nos proporcionou mais cedo um espaço para que realizássemos a reunião da Comissão de Finanças; também agradecer a presença da Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva; do Sr. Carlos Eduardo Kukolj, do Departamento de Orçamento; do Sr. Mario Nakatani Junior, Superintendente Fiscal; do Anderson Padovani, da Secretaria de Finanças; do Márcio Aurélio Heimoski, Gerente de Orçamento; do Jaderson Goulart, assessor do Sr. Secretário, do Sr. Claudinei Nogueira, do Departamento de Contabilidade. Também registrar os servidores desta Casa que de forma muito responsável nos acompanham nessa comissão permanente, na pessoa da Diretora das Comissões, Danielli Wandembruck, e demais membros dessa Comissão - Veli Cristo, Tiago Leão, Roberjam Prestes, Elis Bianca e João Carlos. Dizer que hoje em prazo regimental, obedecendo a Lei Orgânica e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura fez a entrega da LOA 2023 a esta Casa. Foi registrada e recebida pelo Sr. Presidente e membros da Mesa. A Prefeitura cumpre o prazo legal constitucional que é a apresentação, e a partir daí a Comissão de Finanças até dezembro fará a análise técnica dessa Lei Orçamentária. Quero agradecer aos Vereadores presentes, aqueles que participaram e até àqueles que não fizeram as perguntas, mas ficaram conosco atentos a esta Audiência Pública. Dando por encerrada esta Audiência Pública, passo a palavra e os trabalhos da Mesa ao Sr. Presidente, Vereador Tico Kuzma. Também um registro, que as urnas possam sorrir para o nosso país e para os candidatos, em especial esses que estão disputando as eleições de 2022. Peço desculpas pelos ruídos provocados que em alguns momentos prejudicaram, mas pudemos realizar com êxito esta Audiência. Um bom dia a todos. Muito obrigado. Está encerrada a Audiência Pública." Do que, para constar, a presente Ata foi organizada por Alan Fernando Rebelo Diório e revisada pelo servidor Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, e será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

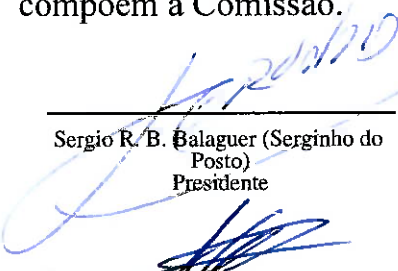
Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro

Rodrigo Marcial
Membro

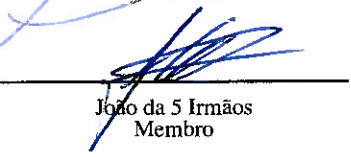
Tito Zeglin
Membro

término desta Audiência O SR. CRISTIANO HOTZ:- Vereador Ezequias, a lei federal que instituiu essa imunidade aos templos foi do ano passado, no meio do ano passado, por óbvio, não dava para fazer o pedido para o ano passado porque o IPTU é um lançamento tributário anual. Uma vez ocorrido o fato gerador, já está instituído. Ano passado a lei foi criada e instituída, não havia como fazer qualquer alteração na legislação. Quanto ao próximo ano, o decreto já está redigido, já foi avaliado por nossa equipe e o Secretário Jamur vai conversar com V.Exas. que apresentaram aquele projeto de lei. Então para a próxima semana muito provavelmente será apresentado o decreto a V.Exas. pelo Prefeito Municipal. O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado, Secretário. O SR. CRISTIANO HOTZ:- Sr. Presidente, as minhas considerações finais são de regozijo e alegria por estar presente na Casa de Leis, com V.Exa., as Vereadoras, os Vereadores. Agradecer mais uma vez o empenho da nossa equipe na Secretaria de Finanças, o entendimento de V.Exas. quanto a realização e a importância desta Audiência Pública. E dizer que nós rogamos e esperamos que tudo aconteça de forma espetacular e maravilhosa nesse domingo de democracia. Talvez esse é o maior desejo de todos nós neste momento. Grato, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Dr. Cristiano Hotz. Quero fazer alguns registros de agradecimentos pela participação nesta Audiência Pública. Cumprimento a Sra. Aline Bogo, Diretora Financeira e Contábil da Câmara de Vereadores; o Vereador Tico Kuzma, que nos proporcionou mais cedo um espaço para que realizássemos a reunião da Comissão de Finanças; também agradecer a presença da Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva; do Sr. Carlos Eduardo Kukulj, do Departamento de Orçamento; do Sr. Mario Nakatani Junior, Superintendente Fiscal; do Anderson Padovani, da Secretaria de Finanças; do Márcio Aurélio Heimoski, Gerente de Orçamento; do Jaderson Goulart, assessor do Sr. Secretário, do Sr. Claudinei Nogueira, do Departamento de Contabilidade. Também registrar os servidores desta Casa que de forma muito responsável nos acompanham nessa comissão permanente, na pessoa da Diretora das Comissões, Danielli Wandembruck, e demais membros dessa Comissão - Veli Cristo, Tiago Leão, Roberjam Prestes, Elis Bianca e João Carlos. Dizer que hoje em prazo regimental, obedecendo a Lei Orgânica e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura fez a entrega da LOA 2023 a esta Casa. Foi registrada e recebida pelo Sr. Presidente e membros da Mesa. A Prefeitura cumpre o prazo legal constitucional que é a apresentação, e a partir daí a Comissão de Finanças até dezembro fará a análise técnica dessa Lei Orçamentária. Quero agradecer aos Vereadores presentes, aqueles que participaram e até àqueles que não fizeram as perguntas, mas ficaram conosco atentos a esta Audiência Pública. Dando por encerrada esta Audiência Pública, passo a palavra e os trabalhos da Mesa ao Sr. Presidente, Vereador Tico Kuzma. Também um registro, que as urnas possam sorrir para o nosso país e para os candidatos, em especial esses que estão disputando as eleições de 2022. Peço desculpas pelos ruídos provocados que em alguns momentos prejudicaram, mas pudemos realizar com êxito esta Audiência. Um bom dia a todos. Muito obrigado. Está encerrada a Audiência Pública." Do que, para constar, a presente Ata foi organizada por Alan Fernando Rebelo Diório e revisada pelo servidor Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, e será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão.



Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente


Hernani
Membro


Jornalista Márcio Barros
Membro

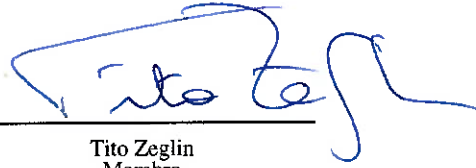

João da 5 Irmãos
Membro


Osias Moraes
Membro


Professora Josete
Membro



Rodrigo Marcial
Membro



Tito Zeglin
Membro